

A pobreza da aprendizagem na concepção do Banco Mundial

Lívian de Almeida Queiroz (UERN)

livianqueiroz@alu.uern.br

Jociene Araújo Lima (UECE)

jociene.araujo@aluno.uece.br

Emanuela Rútila Monteiro Chaves (UERN)

emanuelarutila@uern.br

Introdução

Há um consenso entre os pesquisadores que se debruçam a estudar a política educacional em destacar os anos de 1970 como um período no qual a educação passou a ter um novo sentido em escala global, coincidindo com as investidas do Banco Mundial em disseminar a educação como responsável pela mudança social e econômica por meio do alívio da pobreza. Mészáros (2009) destaca que o início da década de 1970 ficou marcada pela erupção da crise estrutural do capital, caracterizada como uma crise crônica e endêmica, que possui sua raiz na esfera econômica e perpassa de diferentes formas as demais áreas da vida social.

Como importante promotor e disseminador de políticas neoliberais, o Banco Mundial, através de seu poder de interferência nas nações periféricas, destaca um problema no ensino elementar destes países: a pobreza na aprendizagem. Tal conceito surge em 2018 e é utilizado para classificar a falta de aprendizado de um estudante em algo que ele possui direito ou pode aprender, funciona como uma métrica, criada pelo Banco Mundial, Organização das Nações Unidas

para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Foreign, Commonwealth, and Development Office (FCDO), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e Bill & Melinda Gates Foundation (BMGF). Tal conceito classifica as crianças que não alcançam o nível mínimo de aprendizado, apesar de frequentar instituições de ensino o que vai além da situação econômica da criança ou do colégio.

Em 2021 e 2022, o Banco deu maior ênfase a essa problemática em seus estudos, elaborando documentos que demonstram, como resultado da pandemia da COVID-19 e do fechamento das escolas, o aumento substancial no número de alunos carentes em competências, a fim de destacar os baixos níveis de ensino e acompanhar o progresso em busca de uma aprendizagem mínima (BANCO MUNDIAL, 2022).

Dessa forma, o presente texto tem como objetivo geral analisar, de modo crítico, a concepção do Banco Mundial acerca da pobreza na aprendizagem. Esse trabalho fez parte dos estudos e pesquisas desenvolvidas no projeto de pesquisa PIBIC/UERN intitulado: *Crise da Aprendizagem, pobreza e pandemia: o ensino remoto e o projeto oportuno de privatização da educação básica tutelado pelo Banco Mundial*, apresenta caráter bibliográfico e documental com aporte teórico na crítica marxista e parte dos escritos de Freire (1973), Mészáros (2009) e Saviani (2007) a fim de analisar o documento: "O estado mundial Pobreza de Aprendizagem: Atualização de 2022", produzido pelo Banco Mundial.

Desenvolvimento

O Relatório publicado pelo Banco Mundial em junho de 2022, intitulado "O estado mundial Pobreza de Aprendizagem: Atualização de 2022", traz que, devido à crise pandêmica e o fechamento das escolas,

bem como as precárias medidas para passar os conteúdos adequadamente, houve um impacto negativo na aprendizagem na América Latina e Caribe, previsto um aumento de 30% nos índices de pobreza da aprendizagem em alunos do ensino fundamental. Antes da pandemia, a taxa era de 50%, atualmente, o relatório aponta que 80% das crianças por volta do 7º ano não são capazes de compreender um texto simples, com poucas linhas, ou uma resolução de problema matemático, usando adição ou subtração (BANCO MUNDIAL, 2022), sendo apontado que:

(...) os aumentos da pobreza na aprendizagem foram especialmente grandes no sul da Ásia e na América Latina e no Caribe, as regiões onde as escolas estão fechadas há mais tempo. Porque as habilidades fundamentais universais são essenciais para o florescimento de indivíduos e sociedades, esta pobreza de aprendizagem generalizada ameaça minar a futuro das crianças de hoje e as perspectivas econômicas de seus países (BANCO MUNDIAL, 2022, p.5).

Para o Banco, a pobreza na aprendizagem é uma ameaça ao desenvolvimento econômico não apenas do país, mas do mundo, considerando-a moralmente e economicamente inaceitável, isso porque os jovens ficarão impossibilitados de conseguir melhores empregos se não souberem temáticas e conhecimentos simples, possibilitando que outras nações se tornem mais prósperas e ricas. Ademais, é preciso estimular o capital humano como principal fator de desenvolvimento, pois, caso não seja acumulado, será impossível para qualquer país prosperar na economia global (BANCO MUNDIAL, 2022).

Assim, o relatório do Banco Mundial (2002) aponta a melhoria dos níveis de aprendizagem para superarmos a pobreza, a desigualdade e a fome, sendo crucial o empenho dos países para concretizar a atual Agenda Global 2030, documento responsável por "garantir educação primária e secundária gratuita, equitativa e de qualidade para todos" até 2030, entre outros resultados educacionais.

Se analisarmos criticamente tal escritura, percebemos que a pobreza na aprendizagem, acentuada como grave, é uma preocupação para o Banco apenas por atingir os saberes mínimos instrumentais pautado em habilidades e competências, na perspectiva da retomada neoliberal da Teoria do Capital Humano, fortalecendo a cisão capitalista entre a escola para a classe burguesa e escola para a classe trabalhadora (GENTILLI, 1995; SAVIANI,2007).

Desse modo, o relatório sobre a Pobreza da Aprendizagem Mundial (2022) expõe o conceito como um problema de ordem social, embora não estrutural, expondo a prática de escolarização durante anos como estratégia falha, uma vez que, apesar do tempo dedicado aos estudos, crianças e adolescentes continuam não saber ler e escrever ou fazer cálculos na idade adequada. Além disso, a crítica sobre os vários anos de escolarização se contrapõe ao direito à educação, pois carrega, na sua ontologia, a defesa de um projeto burguês, que visa atacar o ensino da classe trabalhadora, almejando uma formação aligeirada e a defesa de um viés privatista pautada na lógica dos resultados. Freire (1973) já enfatizava a educação e suas duas atribuições: primeiro, na contribuição da emancipação humana e, segundo, domesticar e ensinar o indivíduo a ser passivo e ponderado com a realidade posta.

Conclusões

Partindo do objetivo de analisar a concepção do Banco Mundial acerca da pobreza de aprendizagem, chegamos à conclusão de que as ideias desse organismo enfatizam as competências que os alunos da classe proletária devem adquirir, desde cedo, para que sejam inseridos na perspectiva meritocrática e competitiva de um mercado de trabalho saturado. Ou seja, o cerne das recomendações propostas se contrapõe ao direito à educação e destina sua ênfase à aprendizagem como

restrita categoria educativa quantificável, responsável por promover a empregabilidade neoliberal.

Referências

BANCO MUNDIAL. "O estado mundial Pobreza de Aprendizagem: Atualização de 2022 (2022). Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/e52f55322528903b27f1b7e61238e416-0200022022/original/Learning-poverty-report-2022-06-21-final-V7-0-conferenceEdition.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022

BANCO MUNIDAL. Aprendizagem para todos: estratégia 2020 para a educação do Grupo Banco Mundial. **Resumo executivo. Washington, DC: Banco Mundial**, p. 463292-1306181142935, 2011.

GENTILI, Pablo. O que há de novo nas novas formas de exclusão na educação? **Neoliberalismo, trabalho e educação. Educação e realidade. N° 20 (1): 191- 202. jan./jun. 1995.**

FREIRE, P. **Educação para a liberdade**. Porto: Escorpião, 1973.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **As idéias pedagógicas no Brasil entre 1969 e 2001**: configuração da concepção pedagógica produtivista. In: História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.